



---

**PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0000490-32.2012.2.00.0000**

**Requerente:** Edson Alves de Oliveira

**Requerido:** Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região - Rn

**Advogado(s):** SP142798 - Edson Alves de Oliveira (REQUERENTE)

---

**Relatório**

**Edson Alves de Oliveira**, qualificado nos autos, ingressou com procedimento de controle administrativo contra ato do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, Rio Grande do Norte, no qual requer a suspensão de concurso, até a adequação ao artigo 5º, I, da Resolução nº 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça e a edição de ato normativo que assegure o exato cumprimento do artigo 5º, I, da Resolução nº 75/2009 do CNJ.

Discorda, em síntese, da designação de dois dias para a realização da prova objetiva por violação ao art. 5º, I, da citada resolução, que prevê, na primeira etapa, uma prova objetiva seletiva, de caráter eliminatório e classificatório, pois, para ele, a realização da prova objetiva em dois (2) dias equivale a duas (2) provas.

Pede, também, seja justificado o valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) para a taxa de inscrição em razão do fato de outros tribunais regionais terem optado pelo valor de R\$ 100,00 (cem reais).

O **Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região** por meio da Comissão do VII Concurso Público para Ingresso na Magistratura prestou informações.

Sustentou não haver nenhuma irregularidade em promover a prova objetiva seletiva em dois dias. A Comissão apenas reservou 2 (dois) dias para a prova objetiva seletiva, composta de questões sobre 11 (onze) ramos do Direito, divididos em 3 (três) blocos, de modo que em cada dia os candidatos responderão quesitos sobre disciplinas diferentes: no primeiro dia questões do bloco I e parte do bloco II e no segundo dia a outra parte do bloco II e as questões do bloco III. Considerou que desse modo poderia ser aplicada aos candidatos uma prova capaz de identificar as virtudes intelectuais, humanistas e jurídicas esperadas do magistrado.

Entendeu que o perfil de uma prova feita para durar cinco horas num único dia não seria o mesmo de outra concebida para aplicação em dois turnos de quatro horas, em dias consecutivos.

Sustentou que a decisão citada pelo requerente (Procedimento de Controle Administrativo 0007631-73.2010.2.00.0000) não pode respaldar sua pretensão, porque monocrática e sem conteúdo meritório na medida em que considerou prejudicado o pedido.

Com relação ao valor da taxa de inscrição o considera adequado com o que prevê o art. 17 da Resolução nº 75 do Conselho Nacional de Justiça, que o fixou a 1% (um por cento) do subsídio bruto atribuído em lei para o cargo disputado, no caso R\$ 217, 66 (duzentos e dezessete reais e sessenta e seis centavos), embora citado valor seja insuficiente, tomada como base às despesas do concurso anterior, para cobrir os custos da realização do concurso.

É o relatório.

-

**EMENTA.PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE JUIZ SUBSTITUTO DO TRABALHO.PROVA OBJETIVA DESIGNADA EM 2(DOIS) DIAS.POSSIBILIDADE. TAXA DE INSCRIÇÃO COMPATÍVEL COM O ART. 17 DA RESOLUÇÃO Nº 75 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. IMPROCEDÊNCIA.**

1.A Resolução nº 75 deste Conselho estabeleceu diretrizes comuns para os concursos para provimento dos cargos de juízes substitutos. Dentre essas normas, disciplinou, no art. 5º, as **etapas sucessivas** do concurso em número de cinco: **prova objetiva, provas escritas, vida pregressa, sanidade física e mental, prova oral**, de caráter eliminatório e classificatório e, por último, **avaliação de títulos**.

2.Ao disciplinar às chamadas etapas sucessivas do concurso se concentrou na natureza da prova a ser aplicada e não, propriamente, na sua duração ou extensão. Assim, na primeira etapa, prova objetiva, a prova aplicada deve ser composta de questões sobre determinadas matérias, cujas respostas estejam previamente descritas, de modo que o candidato apenas assinale a alternativa que lhe parecer correta.

3. Não nos parece que a citada resolução tenha disciplinado a duração ou os dias de aplicação da prova objetiva na primeira etapa, de modo que se nos apresenta lícito, dentro da razoável liberdade conferida à Comissão, a escolha por ela feita de que a prova objetiva seria realizada em dois (2) dias, de modo a conceder-se a todos os candidatos mais tempo para refletirem, antes de lançarem as respostas.

4.O valor da taxa de inscrição encontra-se adequado e dentro do limite máximo previsto no art. 17 da Resolução nº 75 do Conselho Nacional de Justiça que o fixou em 1% (um por cento) do subsídio bruto atribuído em lei para o cargo disputado, no caso R\$ 217, 66 (duzentos e dezessete reais e sessenta e seis centavos).

5. Procedimento de Controle Administrativo julgado improcedente.

-

**Voto**

A Resolução nº 75 deste Conselho procurou estabelecer diretrizes comuns para os concursos para provimento dos cargos de juízes substitutos. Dentre essas diretrizes, disciplinou no art. 5º as **etapas sucessivas** do concurso em número de cinco: **prova objetiva, provas escritas, vida pregressa, sanidade física e mental, prova oral**, de caráter eliminatório e classificatório e, por último, **avaliação de títulos**.

A referida resolução ao disciplinar as chamadas etapas sucessivas do concurso procurou concentrar-se naquilo considerado essencial a cada etapa, isto é, ao tipo ou a natureza da prova a ser aplicada e não propriamente à sua duração ou extensão. Assim, na primeira etapa, prova objetiva, a prova aplicada deve ser composta de questões sobre determinadas matérias, cujas respostas estejam previamente descritas, de modo que o candidato apenas assinale a alternativa que lhe parecer correta.

Não nos parece que a citada resolução tenha disciplinado a duração ou os dias de aplicação da prova objetiva na primeira etapa, de modo que se nos apresenta lícito, dentro da razoável liberdade conferida à Comissão, a escolha por ela feita de que a prova objetiva seria realizada em dois (2) dias, de modo a conceder-se a todos os candidatos mais tempo para refletirem, antes de lançarem as respostas.

O valor da taxa de inscrição encontra-se adequado e dentro do limite máximo previsto no art. 17 da Resolução nº 75 do Conselho Nacional de Justiça, que o fixou em 1% (um por cento) do subsídio bruto atribuído em lei para o cargo disputado, no caso R\$ 217, 66 (duzentos e dezessete reais e sessenta e seis centavos).

Posto isso, julgo improcedente o procedimento de controle administrativo proposto por **Edson Alves de Oliveira** contra ato do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, Rio Grande do Norte .

Brasília, data da sessão.

Silvio Rocha  
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por SÍLVIO LUIS FERREIRA DA ROCHA em 01 de Março de 2012 às 15:44:12



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**28/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**30/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**30/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**28/03/2014 00:00:00**

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **997504**



1203270957180000000000996796